

Parecer nº 64/98

Data: 1998.06.17

Processo nº 374

Reclamante: Aleixo Barata Pinto Tonelo

Entidade reclamada: Direcção do Serviço de Finanças – Repartição de Assistência na Doença aos Militares do Exército.

1. Aleixo Barata Pinto Tonelo, oficial do Exército na situação de reforma, veio reclamar à CADA do indeferimento tácito do pedido de acesso, feito em 19 de Fevereiro de 1998, à tabela das especialidades farmacêuticas e dos produtos manipulados que são comparticipáveis, nos termos do despacho nº 115/MDN/92 (DR,II,nº242, de 20.11.1992).

Junta correspondência reveladora de contactos com a Associação Nacional das Farmácias sobre o tema e cópia dos documentos de recusa de comparticipação num caso concreto por, alegadamente, o manipulado prescrito não ser comparticipado.

2. Analisados os autos, verifica-se que se encontram cumpridos os prazos legalmente previstos e demais requisitos para apreciação do processo.
3. O requerente não pretende mais do que aceder a um documento relevante para a definição em concreto de uma fronteira essencial à fruição de um eminente direito social.

A técnica legislativa dos Estados de direito tem visto a conceder crescente importância a tais direitos, assegurando-lhes sede normativa apropriada à eficaz protecção dos interessados. Quando não seja usada a forma máxima - a lei parlamentar, publicada na I série do Diário da República- cabem sempre outros mecanismos de transparência. Em qualquer caso, a remissão para legislação regulamentar ou complementar não pode gerar qualquer efeito de secretização de

regras que devendo ser a todos aplicadas igualmente, por todos devem poder ser conhecidas (designadamente por implicarem dispêndio de dinheiros públicos).

4. No caso vertente, o cumprimento cabal das disposições da lei 65/93 sobre publicação regular de documentos da Administração deve em regra levar à comunicação regular aos beneficiários dos serviços de assistência na doença de todos os elementos necessários à aferição dos critérios em vigor. Estes poderão, evidentemente, ser polémicos, mas está excluído que não sejam comunicados a quem os requeira invocando as regras da lei 65/93 e arcando com as consequências em matéria de custos.

6. Nestes termos,

a CADA emite parecer favorável ao acesso de Aleixo Barata Pinto Tonelo à consulta e reprodução por fotocópia da tabela identificada nos autos.

Lisboa , 17 de Junho de 1998

José Magalhães (Relator) – João Figueiredo – Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)